

Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais 4

Demonstrações dos resultados 5

Demonstrações dos resultados abrangentes 6

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 08 de fevereiro de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de setembro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		39	232	Fornecedores		2.388	1.707
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1	-	Contas a pagar a partes relacionadas		-	77
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		40	232	Tributos e contribuição social a pagar		3	118
				Outros tributos a pagar		203	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Contas a pagar - cessão de crédito	4	22.472	-
Cauções e depósitos vinculados		324	296	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		25.066	1.902
Imobilizado, líquido	3	116.680	6.057				
Intangível, líquido		3.659	857	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		120.663	7.210	Capital social subscrito e integralizado		96.040	5.966
				Prejuízos acumulados		(403)	(426)
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	95.637	5.540
TOTAL DO ATIVO		120.703	7.442	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		120.703	7.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Gerais e administrativas		-	(360)
Outras receitas (despesas) operacionais	6	<u>39</u>	<u>-</u>
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		<u>39</u>	<u>(360)</u>
RESULTADO BRUTO		<u>39</u>	<u>(360)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		<u>(9)</u>	<u>(2)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	7	<u>(9)</u>	<u>(2)</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		30	(362)
Imposto de renda e contribuição social correntes		<u>(7)</u>	<u>-</u>
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	8	<u>(7)</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>23</u>	<u>(362)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	23	(362)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	23	(362)

Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		324	(155)	(64)	105
Prejuízo do exercício		-	-	(362)	(362)
Capital integralizado		-	155	-	155
Aumento de capital		6.711	-	-	6.711
Redução de Capital		(1.069)	-	-	(1.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5	5.966	-	(426)	5.540
Lucro líquido do exercício		-	-	23	23
Aumento de capital		90.074	-	-	90.074
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5	96.040	-	(403)	95.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
<u>Atividades operacionais</u>			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		23	(362)
Varição de ativos e passivos operacionais		23.135	1.644
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		23.158	1.282
<u>Atividades de investimentos</u>			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(113.425)	(7.628)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(113.425)	(7.628)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Aumento de capital	5	90.074	6.356
integralização de capital		-	155
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos		90.074	6.511
<u>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</u>			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		232	67
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		39	232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10.800, sala 314 – Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 16 de abril de 2020 e tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos e prestação de serviços de consultoria.

O parque se encontra em construção com previsão para entrada operacional a partir de setembro de 2023. A Companhia possui potência instalada de 39,9 MW e até o momento a ANEEL não disponibilizou a garantia física.

Em 20 de dezembro de 2021, a controladora direta AES Tucano Holding I S.A. transferiu a totalidade das ações da Companhia para a Potengi Holdings S.A., que a partir dessa data passou a ter o controle direto.

A Companhia é controlada diretamente pela Potengi Holdings S.A. e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 5 de setembro de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 25.026, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Custo	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Terrenos	-	-	15
Imobilizado em serviço	-	-	15
Imobilizado em curso (i)	116.680	116.680	6.042
Imobilizado em curso	116.680	116.680	6.042
Total	116.680	116.680	6.057

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Cajuina, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

b) Movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Terrenos	15	-	(15)	-
Imobilizado em curso	6.042	110.623	15	116.680
Subtotal	6.057	110.623	-	116.680
	6.057	110.623	-	116.680

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Incorporação	Cisão	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Terrenos	-	15	-	-	15
Imobilizado em curso	-	6.315	326	(599)	6.042
Subtotal	-	6.330	326	(599)	6.057
Total líquido	-	6.330	326	(599)	6.057

4. CONTAS A PAGAR – CESSÃO DE CRÉDITO

Em 25 de agosto de 2022, após uma solicitação da Companhia para postergação de prazos de pagamento em conformidade com o contrato de fornecimento, o fornecedor responsável pela construção do parque eólico solicitou antecipação de seus recebíveis, junto a uma instituição financeira e formalizou uma Cessão de Crédito entre as partes. Após a anuência, a Companhia foi notificada a pagar à instituição financeira os montantes anteriormente devidos ao fornecedor. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a pagar a essas instituições financeiras é de R\$ 22.472, cujo vencimento ocorreu entre fevereiro e março de 2023.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da companhia é de R\$ 96.040 (R\$ 5.966 em 31 de dezembro de 2021), compostos por 97.109.515 (7.035 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

5.2 Aumento de Capital

Em 31 de janeiro de 2022 foi realizado a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 32.020, dividido em 32.019.655 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 30 de junho de 2022 foi realizado a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 6.129, dividido em 6.129.365 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 31 de dezembro de 2022 foi realizado a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 51.925, dividido em 51.925.000 ações representativas do Capital Social. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

6. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Outras receitas	39	-
Total	39	-

7. RESULTADOS FINANCEIROS

	2022	2021
Despesas Financeiras		
Multas e penalidades	(8)	-
Tarifas e encargos bancários	(1)	-
Outras despesas	-	(2)
Total	(9)	(2)
Total	(9)	(2)

8. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

	BRB1	
	2022	
	IRPJ	CSLL
Composição dos tributos no resultado:		
Corrente	(4)	(3)
Total	(4)	(3)
Demonstração do cálculo dos tributos:		
Resultado antes dos tributos	29	29
Resultado ajustado	29	29
Alíquota nominal	15%	9%
Total da despesa com tributos	(4)	(3)

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2022		2021		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	39	39	232	232	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	324	324	296	296	Custo amortizado
Total	363	363	528	528	
Passivo circulante					
Fornecedores	2.388	2.388	1.707	1.707	Custo amortizado
Contas a pagar - cessão de crédito	4 22.472	22.472	-	-	Custo amortizado
Total	24.860	24.860	1.707	1.707	

9.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(a.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	2022	2021
Cauções e depósitos vinculados	324	296
Total	324	296

(a.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Saldos em 31 de dezembro de 2022	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.388	-	-	-
Contas a pagar - cessão de crédito	22.472	-	-	-
Total	24.860	-	-	-

(a.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Cauções e depósitos vinculados	324
Total	324

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável: a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das garantias de financiamento.

Cauções (Garantias de financiamentos)	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Cauções (Garantias de financiamentos)	CDI	324	48	60	72	84	96
Impacto no resultado			48	60	72	84	96
Impacto no resultado			48	60	72	84	96

(b) Outros riscos considerados relevantes

(b.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Potengi Holding, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(b.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de março de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral, um aumento do Capital Social no montante de R\$ 84.890, mediante a emissão de 84.890.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscrito pela Potengi Holdings S.A. O Capital Social da Companhia passou a ser de R\$ 180.930, representado por 181.999.515 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 23 de junho de 2023, foi instaurado procedimento arbitral com o intuito de discutir a legalidade das multas aplicadas pela Companhia sobre o fornecedor da construção em virtude de atrasos na apresentação de projetos, no fornecimento de equipamentos e materiais e diversos problemas técnicos que levaram aos atrasos na conclusão das obras. Em 12 de julho de 2023, as Requeridas apresentaram resposta ao requerimento de arbitragem e reconvenção. A Companhia não reconheceu essas multas em suas demonstrações contábeis em virtude das discussões em andamento.

Em 30 de junho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral, um aumento do Capital Social no montante de R\$ 4.795 mediante a emissão de 4.795.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscrito pela Potengi Holdings S.A. O Capital Social da Companhia passou a ser de R\$ 185.725, representado por 186.794.515 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.